

**I PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM/PR
2021-2025**



**GOIOXIM/PR
2021**

LISTA DE SIGLAS

COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
INSAN – Insegurança Alimentar e Nutricional
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF – Programa Federal Bolsa Família
PLC – Programa Estadual Leite das Crianças
PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
SUS – Sistema Único de Saúde
CEMEIs – Centros Municipais de Educação Infantil
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar
SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SEED – Secretaria de Estado da Educação
NRE – Núcleo Regional de Educação
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
APP – Área de Preservação Permanente
CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM/PR

Mari Terezinha da Silva

VICE-PREFEITO

Carlos de Souza Pedroso

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Josiane Gutelvil

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Santina de Fátima Motta

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Vilma Nolla

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Santina de Fátima Motta

**SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO**

Samuel Gonçalves Bueno

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Edenilson José Zorzanello

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

(CAISAN)

PRESIDENTE: Santina Motta

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Santina Motta

Suplente: Lucimara Aparecida de Lima

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Andressa Lange

Suplente: Joseane Gutelvil

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Giomara Souza

Suplente: Vilma Nolla

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Titular: Silvio A. Campanha

Suplente: Edenilson José Zorzanello

**REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, HABITAÇÃO,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Titular: Romeli Tiago Schadeck

Suplente: Dani Riquelme Esteche

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

Titular: Vilma Loures Ramos

Suplente: Marcos Castro

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (COMSEA)

Presidente: Adaiana Almeida Melo

Vice-presidente: Lucas Quelin

Secretário-geral: Santana Motta

Secretária-Executiva: Karina Leite

REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES DOS AGRICULTORES RURAIS

Titular: Cleci Kinape de Lima

Suplente: Lucas de Lima

Titular: Domingos Almeida

Suplente: Eva Ondina Hoffmann

**REPRESENTANTES DE ASSOSSIAÇÕES DE PAIS, MESTRES E PROFESSORES
(APMF)**

Titular: Adaiana Almeida Melo

Suplente: Rosilene Marcondes de Mattos

Titular: Zelita Siqueira

Suplente: Rosângela da Fátima dos Santos

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Jane Silveira Gutervil

Suplente: Tassiele Maria Pedroso

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Andressa Lange

Suplente: Elizangela Damares Monteiro

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Goioxim – PR, foi apreciado e aprovado pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, em reunião ordinária realizada dia 30 de junho de 2021.

O Plano primeiramente ressalta o marco situacional do município de Goioxim, destacando sobre a Política Pública de Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura no âmbito Municipal e Estadual, Esporte e Lazer, Meio Ambiente e Agricultura e Pecuária.

Em seguida aborda-se sobre as diretrizes e são elencados os eixos temáticos, organizados por: Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável e água, com prioridade para famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; com objetivo de ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável e água para famílias mais vulneráveis e em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio do provimento de refeições e alimentos em equipamentos públicos de alimentação e nutrição e da distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos. Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, inclusive os de base agroecológica. Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional e cultura alimentar, visando a promoção de hábitos alimentares saudáveis, com ações formativas, a partir do diagnóstico das necessidades locais, com foco nas tecnologias de informação e da educação popular, bem como, incentivar a pesquisa e formação nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

O Plano também prevê o acompanhamento monitoramento e avaliação, que tem por objetivo identificar a efetividade das ações previstas referentes à segurança alimentar e nutricional.

Importante salientar que as ações e metas elencadas no plano, tem por finalidade viabilizar a execução de programas, projetos e ações que garantam o direito humano a alimentação saudável e adequada, na busca da superação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar e nutricional da população goioxinhense.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. SOBRE O MUNICÍPIO.....	9
3. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	10
3.1. Programa Bolsa Família	12
3.2. Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC	13
3.3. Centro de Referência de Assistência Social (Cras)	14
3.4. Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....	14
3.5. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	15
4. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	18
4.1. Academia de Saúde	21
4.2. Programa Bolsa Família	22
4.3. Programa Saúde na Escola.....	22
5. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	23
5.1. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	25
5.2. Central Pública de Recebimento, Armazenamento e Distribuição	26
6. EDUCAÇÃO ESTADUAL	28
7. APAE GOIOXIM	29
8. SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	31
9. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	33
9.1. Feira de comercialização de alimentos da Agricultura Familiar	39
9.2. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.....	41
10. AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DESENVOLVIDAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM.....	43
10.1. PROPOSTAS APRESENTADAS NA 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE GOIOXIM – PARANÁ.....	46
10.2. INDICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS POSITIVAS NA POLÍTICA DE SAN QUE ACONTECEM NO SEU MUNICÍPIO.....	1
11. PLANO DE AÇÃO	2
DIRETRIZ 1 – PROMOÇÃO DO ACESSO UNIVERSAL À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL E ÁGUA, COM PRIORIDADE PARA FAMÍLIAS E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL;.....	3

DIRETRIZ 2 – PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS DESCENTRALIZADOS E SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO, EXTRAÇÃO, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS, INCLUSIVE OS DE BASE AGROECOLÓGICA; 9

DIRETRIZ 3 – INSTITUIÇÃO DE PROCESSOS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E CULTURA ALIMENTAR, VISANDO A PROMOÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS, COM AÇÕES FORMATIVAS, A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES LOCAIS, COM FOCO NAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DA EDUCAÇÃO POPULAR, BEM COMO, INCENTIVAR A PESQUISA E FORMAÇÃO NAS ÁREAS DE SAN E DHAA. 17

12. ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 20

1. INTRODUÇÃO

O presente Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Goioxim/PR, faz parte da implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), um sistema público, instituído pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, de gestão intersetorial e participativa, que possibilita a articulação entre os três níveis de governo para a implementação e execução da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Plano visa a segurança alimentar e nutricional, na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares, promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural, econômica e socialmente sustentáveis, conforme artigo 3º da Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. Encontra-se também em consonância com o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que garante a alimentação como um dos Direitos Sociais.

O mesmo foi elaborado de acordo com as Diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na busca da promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável.

No município de Goioxim foi instituída a Lei Municipal nº 581/2018 que cria os componentes do Sistema de Segurança Alimentar, definindo os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Posteriormente os Decretos nº 39 e 40 de 2019, dispõe sobre as competências e o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

2. SOBRE O MUNICÍPIO

Goioxim é um pequeno município localizado na mesorregião Centro Sul, inserida 3º Planalto do Paraná e tem Guarapuava como município de referência para a população e para administração pública do município.

FIGURA 1 - Mapa: Brasil - Paraná – Goioxim



Fonte: organizado por Murilo Pontarolo, 2020.

Goioxim fica localizado no Paraná e faz divisa com Guarapuava, Campina do Simão, Santa Maria do Oeste, Palmital, Marquinho, Cantagalo e Cândói. Em relação à população, segundo o censo de 2010, a população era de 7.503, destas, 1.756 29 pessoas residiam na área urbana e 5.747 na área rural, sendo, 3.924 homens e 3.579 mulheres. Em 2018, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a estimativa era de 7.170 habitantes, ou seja, a população do município vem diminuindo. A origem histórica de Goioxim data de 1923, quando foi registrado pela Lei Estadual n.º 2.226, de 09 de abril de 1923, como Distrito Judiciário de Lagoa Seca, município de Guarapuava. Em 1934, o nome foi alterado para Júquia, através do Decreto-Lei n.º 199, de 30 de dezembro, e passou a ser chamado de Goioxim em 1943.

Este pertenceu a Guarapuava até 1982, ano que o distrito de Cantagalo foi emancipado e teve anexado a sua área o distrito de Goioxim. Foi desmembrado em 30 de outubro de 1995, através da Lei Estadual n.º 11.183, sancionada pelo governador Jaime Lerner. A instalação do município ocorreu em 1º de janeiro de 1997. A origem do nome da cidade vem do kaingang “goi” que significa rio, e “xim” que significa pequeno: Goioxim – Rio Pequeno. Segundo Zorzanello (2016), a criação de municípios pós-constituição de 1988, foi impulsionada pela descentralização da regulamentação do processo em favor dos estados e pelo aumento de incentivos fiscais. Estes foram atrativos contribuíram para emancipação de 1.431 municípios entre 1988 a 1996.

O Paraná criou 81 novos municípios, entre eles Goioxim. A população do município é composta por agricultores (agronegócio, agricultura familiar e camponesa), pecuaristas, funcionários públicos, trabalhadores rurais que prestam serviço nas fazendas de pecuária e agronegócio, boias-frias, diaristas, empresários e microempresários, beneficiários de programas sociais e aposentados. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,641. A taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos é de 98,1%, com IDEB de 4,6 nos anos iniciais e 3,9 nos anos finais do ensino fundamental.

3. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Instituída pela Constituição Federal de 1988, a assistência social é um dever do Estado e direito de todo cidadão. Em 7 de dezembro de 1993, foi criada a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), um passo muito importante para a Política Pública da Assistência Social no país. Esta lei faz parte do tripé de Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social), que é um conjunto de medidas que buscam a proteção social dos cidadãos. Com a Loas, o Governo passa a instituir um orçamento para financiar programas, projetos, serviços e benefícios voltados a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Em 2005, foi instituída a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (Suas). O Suas atua de forma descentralizada e participativa em todo o território nacional. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoiar indivíduos, famílias e comunidade no enfrentamento de situações de risco e de vulnerabilidades por meio de uma rede de serviços, benefícios, programas e projetos.

O Suas organiza os serviços de assistência social em proteção social básica (prevenção de situações de risco e fortalecimento de vínculos familiares) e proteção social especial (atendimento às pessoas que já se encontram em situações de risco e/ou tiveram seus direitos violados).

Perfil das Famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

O município já vem realizando as atividades de cadastramento e possui (março 2021):

- **1.429 famílias** inseridas no Cadastro Único;
- **1.076 famílias** com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;
- **1.238 famílias** com renda até ½ salário mínimo; e
- **939 famílias** com renda até ½ salário mínimo com o cadastro atualizado.

No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em março de 2021 era de **1.429** dentre as quais:

- 729 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00;
- 138 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00;
- 371 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo;
- 191 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Perfil Cadastro Único

GOIOXIM-PR

Quantidade de pessoas cadastradas por sexo



3.1. Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de abril de 2021, **802 famílias**, representando uma cobertura de 85,2% da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 61,52 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 49.341,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2019, atingiu o percentual de 98,4%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 553 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 562. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 76,5%, resultando em 117 jovens acompanhados de um total de 153.

Já o acompanhamento da saúde das pessoas (crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos), na vigência de dezembro de 2019, atingiu 99,4 %, percentual equivale a 1.510 pessoas de um total de 1.519 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

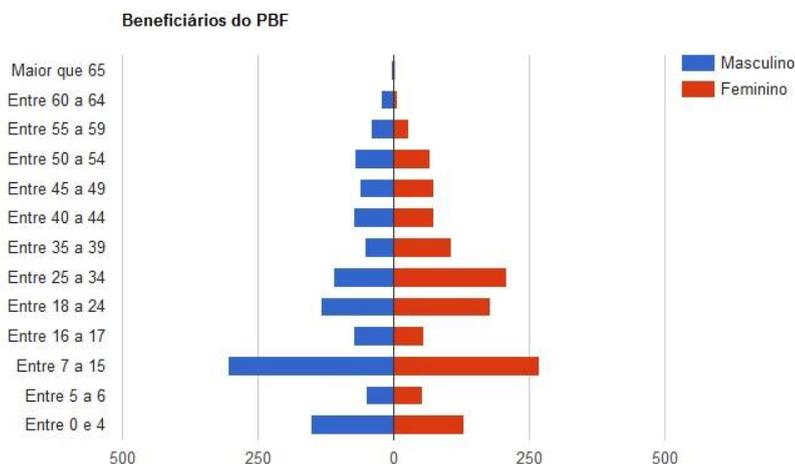
Quantidade de Famílias inscritas no PBF

Mês	Quantidade famílias
setembro de 2019	702
agosto de 2019	717
julho de 2019	721
junho de 2019	723
maio de 2019	743
abril de 2019	740
março de 2019	731
fevereiro de 2019	732
janeiro de 2019	728
dezembro de 2018	750
novembro de 2018	750
outubro de 2018	739

Fonte: SAGI / MDS

Fonte: SENARC

-Pessoas em famílias beneficiárias do Bolsa Família - Pirâmide Etária Agosto de 2019



3.2. Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC

O Benefício de Prestação Continuada- BPC da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS (BPC) é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos), que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente. As pessoas com deficiência também precisam passar por avaliação médica e social realizadas por profissionais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Por se tratar de um benefício assistencial, não é necessário ter contribuído ao INSS para ter direito a ele. No entanto, este benefício não paga 13º salário e não deixa pensão por morte. A gestão do BPC é feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que é responsável pela implementação, coordenação, regulação, financiamento, monitoramento e avaliação do benefício. A operacionalização é realizada pelo INSS.

Os beneficiários do BPC também recebem descontos nas tarifas de energia elétrica, pela Tarifa Social de Energia. O cidadão pode procurar o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) mais próximo da sua residência para esclarecer dúvidas sobre os critérios do benefício e sobre sua renda familiar, além de receber orientação sobre o preenchimento dos formulários necessários.

3.3. Centro de Referência de Assistência Social (Cras)

O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

A partir do adequado conhecimento do território, o Cras promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, se tornando uma referência para a população local e para os serviços setoriais.

Conhecendo o território, a equipe do Cras pode apoiar ações comunitárias, por meio de palestras, campanhas e eventos, atuando junto à comunidade na construção de soluções para o enfrentamento de problemas comuns, como falta de acessibilidade, violência no bairro, trabalho infantil, falta de transporte, baixa qualidade na oferta de serviços, ausência de espaços de lazer, cultural, entre outros.

O Cras oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). No Cras, os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem ser inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O Público Atendido são famílias e indivíduos em situação grave desproteção, pessoas com deficiência, idosos, crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros.

3.4. Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

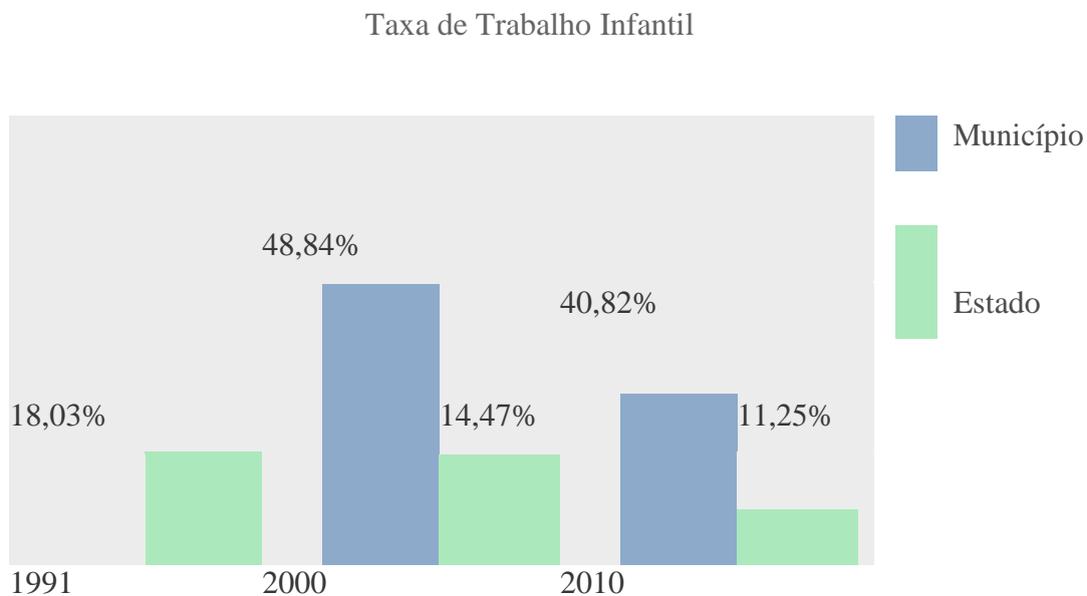
O PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do SUAS.

O PAIF deve ser obrigatoriamente ofertado no CRAS. Não existe CRAS sem a oferta do PAIF.

Taxa de Trabalho Infantil

Percentual da população de 10 a 15 anos ocupada.

Fonte: DATASUS / IBGE.



3.5. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários.

É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

O serviço pode ser ofertado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) ou nos Centros de Convivência.

Podem participar crianças, jovens e adultos; pessoas com deficiência; pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil, jovens e crianças fora da escola, jovens que cumprem medidas socioeducativas, idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único.

O serviço tem como objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários.

Os usuários do SCFV são organizados em grupos, a partir de faixas etárias ou intergeracionais:

- Crianças até 6 anos
- Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos
- Adolescentes de 15 a 17 anos
- Jovens de 18 a 29 anos
- Adultos de 30 a 59 anos
- Pessoas Idosas
- De janeiro a junho de 2019 foram assistidos através do SCFV, a saber:
- Crianças até 6 anos - 31
- Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos - 134
- Jovens de 18 a 29 anos - 45
- Adultos de 30 a 59 anos - 86
- Pessoas Idosas - 51

A oferta do SCFV tem por objetivo a constituição de espaço de convivência, a formação para a participação e cidadania e o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças, adolescentes e idosos, a partir dos interesses, demandas e potencialidades considerando a faixa etária.

As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas, como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social.

Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, bem como idosos que se encontram em vulnerabilidade social, as atividades contribuem para ressignificar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.

Casa de Acolhimento Institucional Eulézia Rocha Marcondes Pedroso

A Casa de Acolhimento Institucional Eulézia Rocha Marcondes Pedroso do município de Goioxim, foi instituída em 2010, com sede alugada, e em 2011 foi inaugurada a sede própria, localizada na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 1430, vila Pedroso.

Família Acolhedora

Em Goioxim o **Programa Família Acolhedora** encontra-se em fase de implantação. O objetivo do programa são famílias previamente cadastradas, selecionadas e capacitadas, que se responsabilizam por cuidar da criança, adolescentes ou grupos de irmãos em situação de risco pessoal e social, dando-lhes acolhida, amparo, aceitação, amor e a possibilidade de convivência familiar e comunitária até que ela retorne à família de origem, ou seja, encaminhada para adoção.

As famílias acolhedoras não se comprometem a assumir a criança ou adolescente como um filho, mas a acolher e prestar cuidados durante o período de acolhimento. A Família Acolhedora, independentemente de sua condição econômica, tem a garantia do recebimento de subsídio financeiro de um salário mínimo (Quando a criança ou adolescente necessitar de cuidados especiais, receberá um acréscimo de 50% sobre o valor pago a título de bolsa-auxílio), por criança ou adolescente em acolhimento, que será repassado durante o período de acolhimento.

Ações Estratégicas do PETI (AEPETI)

A partir de 2013, foi iniciada a discussão sobre o Redesenho do PETI, considerando os avanços da estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da política de prevenção e erradicação do trabalho infantil, além da nova configuração do trabalho infantil no Brasil, revelada pelo Censo IBGE 2010.

O redesenho do Peti consiste na realização de ações estratégicas voltadas ao enfrentamento das novas incidências de trabalho infantil identificadas pelo Censo IBGE 2010 e no fortalecimento

do Programa, com avanços da cobertura e da qualificação da rede de proteção social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com o redesenho do PETI são aprimoradas as ações de transferência de renda e o trabalho social com crianças, adolescentes e suas famílias.

Esse redesenho tem como objetivo potencializar os serviços da assistência social, bem como articular ações com outras políticas públicas, o que favorece a criação de uma agenda intersetorial de erradicação do trabalho infantil, que articule políticas, como saúde, educação, esporte, cultura, lazer, entre outras.

Conselheiros tutelares, agentes de saúde, professores e outros profissionais devem estar envolvidos e qualificados para atuar nas estratégias integradas de enfrentamento às situações de trabalho infantil que permanecem invisíveis no Brasil ainda hoje.

Estas Ações Estratégicas serão desenvolvidas pela rede socioassistencial do SUAS, articulada às demais políticas públicas. Cabe destacar, que além das Ações Estratégicas, o público do PETI tem prioridade no atendimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) juntamente com outros públicos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com isso, a oferta do serviço socioassistencial para crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho infantil não se restringe mais a apenas um público diversificando as trocas culturais e minimizando estigmas e preconceitos.

O Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências

O Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências é um serviço de proteção especial do SUAS para enfrentamento de situações de Calamidades Públicas e Emergências reconhecidas pelo Ministério da Integração.

O objetivo do serviço é assegurar provisões de ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social. Todas essas provisões devem ser empregadas na manutenção de abrigos temporários como estratégia de resposta a esses eventos.

Em Goioxim em 2015 foi decretado Calamidade Pública.

4. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a

proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. Trata-se da principal porta de entrada do SUS e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção dos SUS, devendo se orientar pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização e da equidade. Isso significa dizer que a APS funciona como um filtro capaz de organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais simples aos mais complexos.

O município de Goioxim enquadr-se na Gestão em Atenção Básica, sendo que possui três equipes da Estratégia Saúde da Família compostas por um médico, um enfermeiro, um técnico de enfermagem e 22 agentes comunitários de saúde, que realizam atendimento em sete comunidades do interior e no Centro de Saúde - Sede com cobertura de 100% do território. Possui ainda duas equipes de Saúde Bucal módulo I, com atendimento na sede do município e interior, ambas com carga horária de 20 horas.

A rede municipal conta com cinco unidades de saúde e um posto de atendimento, sendo:

- Centro de Saúde - Área Urbana
- Unidade Básica de Saúde - Distrito de Jacutinga
- Unidade Básica de Saúde - Distrito de Pinhalzinho
- Unidade Básica de Saúde – Assentamento Wagner
- Unidade de Atenção Primária Saúde da Família – Alvorada
- Posto de atendimento – Cochós
- Posto de atendimento – São Pedro

A referência para os processos que necessitam de atendimento especializado são referenciados para o Consórcio Intermunicipal de saúde CIS CENTRO OESTE, O atendimento Hospitalar é referenciado para os Hospitais de Guarapuava com um total de aproximadamente 302 internações/2019, além de hospitais de Campo Largo, Curitiba, Pitanga, Cascavel e Maringá.

O município possui a REMUNE condizente a atenção básica atualizada de maneira permanente .

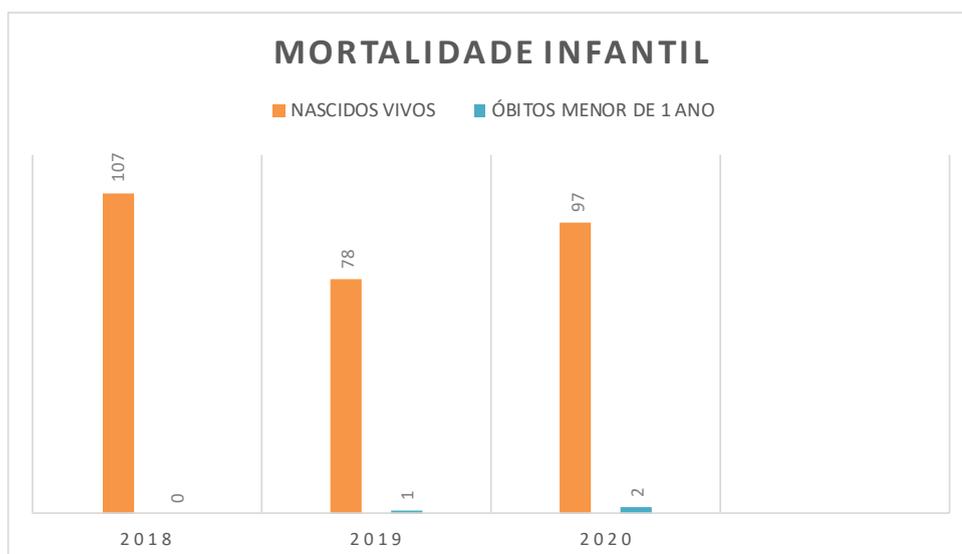
O atendimento para gestantes no município segue a Linha de Atenção Materno Infantil, que possui rede organizada para o atendimento desde a atenção primária até a alta complexidade.

1- Gráfico representando crianças ao nascer com relação ao peso



O gráfico acima expõe o peso das crianças ao nascer nos anos de 2018, 2019 e 2020. Com relação a porcentagem de baixo peso verifica-se que entorno de 8% nascem com peso inadequado. Isto implica no desenvolvimento futuro da criança.

Gráfico 02 – Informações sobre mortalidade infantil



De acordo com os indicadores os números de mortalidade infantil no município vem com números baixos nos últimos três anos. A mortalidade infantil é um dos indicadores mais consagrados mundialmente, sendo utilizado, internacionalmente como indicador de qualidade de vida e desenvolvimento, por expressar a situação de saúde de uma comunidade. Porém manter o índice abaixo de 10/mil é um desafio a ser enfrentado continuamente.

Ações realizadas no âmbito de promoção de saúde:

4.1. Academia de Saúde

É uma estratégia de promoção da saúde produção do cuidado do Sistema Único de Saúde (SUS). Seu objetivo é promover práticas corporais e atividade física, promoção da alimentação saudável, educação em saúde, entre outros, além de contribuir para a produção do cuidado e de modos de vida saudáveis e sustentáveis da população. Para tanto, o Programa promove a implantação de pólos da Academia da Saúde, que são espaços públicos dotados de infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados. Goioxim possui duas Academias sendo uma na Comunidade de Pinhalzinho e outra na comunidade de Wagner.



4.2. Programa Bolsa Família

O Programa é realizado por meio de auxílio financeiro vinculado ao cumprimento de compromissos (condicionalidades) na Saúde, Educação e Assistência Social.

O objetivo das condicionalidades do Programa é garantir a oferta das ações básicas, potencializar a melhoria da qualidade de vida das famílias e contribuir para a sua inclusão social. A agenda de saúde do PBF no SUS compreende a oferta de serviços para a realização do pré-natal pelas gestantes, o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil e imunização das crianças. Assim, as famílias beneficiárias do PBF com mulheres com idade entre 14 e 44 anos e crianças menores de sete anos de idade deverão ser assistidas por uma equipe de saúde da família, por agentes comunitários de saúde ou por unidades básicas de saúde, que proverão os serviços necessários ao cumprimento das ações de responsabilidade da família. O acompanhamento em 2020 em Goioxim alcançou a meta de 79,74%.



4.3. Programa Saúde na Escola

Constitui estratégia para a integração e a articulação entre as políticas e ações de educação e de saúde, com a participação da comunidade escolar, das equipes de atenção básica e da educação básica pública. Visa contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que

comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. O município novamente realizou pactuação com o Ministério da Saúde para desenvolver as ações nos anos de 2021 e 2022.



5. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Educação é um direito fundamental e social como consta no artigo 6º da Constituição Federal da República de 1988. Podemos entendê-la como “um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária a existência e funcionamento de todas as sociedades, embora com diferentes concepções nos diferentes ramos do conhecimento”. Tendo em vista que a educação é um direito garantido pela CF/88, então é dever do Estado garanti-la embora exista uma preocupação da sociedade sobre a qualidade do ensino. Pensando nisso e sabendo da obrigação que o município tem em manter um ensino de qualidade é que o órgão administrativo da Educação de Goioxim tem como objetivos articular as propostas educacionais e subsidiar teórica e metodologicamente na

consolidação das propostas pedagógicas, na análise e homologação da Proposta Curricular, dos Projetos Políticos pedagógicos e Regimentos Escolares da rede. Também conta com uma equipe da secretaria para assessorar todos os trabalhos relacionados à educação do município. Esta equipe é composta por 10 pessoas, sendo: dois administrativos, três de apoio pedagógico, um para projetos e sistemas, uma nutricionista, um chefe de transporte e um para serviços gerais, que durante o ano de 2021 atende um público em média de 780 alunos. Clientela está distribuída entre escolas e CMEI'S, sendo uma escola e dois CMEI's no centro e 5 escolas no campo, conforme dados descrição abaixo:

- Escola Municipal do Campo Ari Barroso, localizada na comunidade Jabuticabal, com 16 alunos, 02 professores e 01 serviços gerais.
- Escola Municipal do Campo Colônia Piquiri, localizada no distrito de Pinhalzinho, com 34 alunos, 06 professores e 03 serviços gerais.
- Escola Municipal do Campo Manoel da Nóbrega, localizada na comunidade Jacutinga, com 37 alunos, 05 professores, 01 para os serviços gerais e 01 estagiária.
- Escola Municipal Governador Moysés Lupion, localizada no Centro da cidade, com 283 alunos, 01 direção, 02 pedagógicos, 20 professores, 01 administrativo e 04 serviços gerais.
- Escola Municipal do Campo Rodrigues Alves, localizada na comunidade Rincão do Bicho, com 34 alunos, 01 professora, 03 estagiários e 02 serviços gerais.
- Escola Municipal do Campo Santa Catarina, com 58 alunos, 01 direção, 05 professores, 02 serviços gerais e 01 estagiária.
- Cmei Professora Marcia Aparecida R. Mostefal, com 122 alunos, 01 direção, 01 pedagógico, 06 professores e 01 serviços gerais.
- Cmei Sonho Encantado, com 96 alunos, 01 direção 10 professores e 02 serviços gerais.

Pra atender essa demanda os alunos contam com o auxílio do transporte escolar do município que possui: Frota própria 11 transportes entre ônibus e micro-ônibus que atendem uma média de 751 alunos. Transporte terceirizado 18 entre Kombi, ônibus, micro-onibus e Van, que atendem uma média de 495 alunos

5.1. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garante alimentação escolar para todos os alunos matriculados nas instituições municipais de ensino em Goioxim é coordenado pelo profissional nutricionista. Todas as ações do programa são norteadas pela Resolução/CD/FNDE nº 26/2013, a qual estabelece normas para a execução técnica e administrativa do PNAE.

A forma de gestão é centralizada, isto é, o FNDE repassa o recurso ao Município, o qual complementa o valor repassado e administra-o, recurso este, exclusivo para a aquisição de gêneros alimentícios, os quais são adquiridos através de Processos Licitatórios, na modalidade de Registro de Preços por meio de Pregão Eletrônico e Chamada Pública para Agricultura Familiar.

Os alimentos que chegam nas escolas passam por um planejamento nutricional, garantindo a segurança dos alimentos e a qualidade das refeições. O cardápio conta com frutas, verduras, legumes, hortaliças, proteínas, alimentos ricos em vitaminas, sais minerais e fibras, incentivando também os bons hábitos alimentares. A alimentação escolar possui uma nutricionista responsável por elaborar os cardápios adequados de acordo com a Lei 11.947 do PNAE. Depois disso, são realizados os pedidos de produtos para as empresas licitadas e agricultores familiares, e, em seguida, distribuídos semanalmente para as Escolas e a Creches.

O programa atende diariamente aproximadamente 700 alunos que contam com até duas refeições durante o período escolar, as quais garantem um melhor aprendizado e uma vida mais saudável às crianças do Município, contribuindo fortemente na qualidade de vida dos alunos. Em 2019, foram servidas cerca de 200.000 refeições em todos os programas educacionais, considerando a escola municipal e creche, nos 200 dias letivos. Conforme o artigo 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, do total de recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, no mínimo 30% devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, sendo assim, a aquisição é obrigatória.

Os alimentos provenientes da Agricultura Familiar dentro da merenda escolar vem aumentando significativamente, de forma a fortalecer e dinamizar a economia da agricultura familiar do nosso município e região, prova disso é que em 2018 foram investidos 72,45% dos recursos em produtos oriundos da agricultura familiar, sendo eles: panificados, frutas e verduras.

5.2. Central Pública de Recebimento, Armazenamento e Distribuição

A aquisição de alimentos para Alimentação Escolar oriundos da agricultura familiar vem crescendo ano a ano no município, o índice vem aumentando significativamente, de forma a fortalecer e dinamizar a economia da agricultura familiar do nosso município e região, prova disso é que em 2018 foram investidos 72,45% do recurso para Alimentação Escolar do FNDE em produtos da agricultura familiar, sendo eles: panificados, frutas e verduras.

ANO	VALOR RECEBIDO	VALOR APLICADO	PORCENTAGEM APLICADA
2011	71.820,00	27.320,75	38,04%
2012	78.558,00	24.698,50	31,44%
2013	79.440,00	1.786,55	0,22%
2014	66.604,00	27.185,58	40,82%
2015	66.942,00	25.474,80	38,06%
2016	78.558,00	25.045,42	31,88%
2017	74.524,00	47.252,67	63,41%
2018	82.196,00	59.553,96	72,45%

Compra de alimentos oriundos de agricultores familiares através do recurso do FNDE repassado aos municípios para Alimentação Escolar.

Notando uma constante melhoria no fornecimento de alimentos provenientes da Agricultura Familiar, fomentando a parceria com novos fornecedores e cooperativados, a fim de garantir o percentual mínimo de 30% na aquisição de alimentos oriundos dessa categoria.

Justificando a necessidade do transporte de alimentos adequado, uma vez que é uma etapa dentro da logística muito importante, pois deve prevenir perdas e minimizar riscos, ou seja, evitar contaminação e qualquer deterioração, cumprindo do início até o final o cumprimento das regras básicas estabelecidas pelos órgãos de saúde conforme a Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 da ANVISA.

Central Pública de Recebimento e Distribuição de Alimento, mediante a aquisição de equipamentos e bens de consumo, objetivo é a melhoria na logística de recebimento, armazenamento e distribuição de alimentos oriundos da agricultura familiar que atendem ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A organização do centro de recebimento e distribuição ocorre da seguinte maneira: os produtos são recebidos conforme contrato através de chamada pública, onde cada agricultor recebe um cronograma de entrega realizado pela nutricionista responsável pelo PNAE seguindo o calendário escolar e o cardápio, assim o agricultor chega com o seu produto até o centro de recebimento e a nutricionista acompanha o recebimento, conferindo as condições sanitárias, embalagem, identificação do produto, temperatura, peso, prazo de validade, data de fabricação, etc.

O agricultor assina uma planilha de entrega (planilha para controle interno) e outra planilha o responsável pelo recebimento assina (planilha para controle do produtor). Posteriormente esses produtos serão separados para cada uma das escolas municipais, de acordo com o número de crianças matriculadas, a entrega será realizada em caixas devidamente higienizadas, dentro de um carro adequado. Esses produtos ao chegarem ao centro de recebimento e distribuição serão devidamente armazenados, ou seja, em refrigerador e congelador até a sua distribuição. A equipe responsável: 1 Nutricionista e 1 auxiliar administrativo.



6. EDUCAÇÃO ESTADUAL

Histórico do Estabelecimento

O Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves - Ensino Fundamental e Médio, foi criado em 17 de dezembro de 1984 e autorizado a funcionar no início do ano de 1985 pela Resolução n.o 8.325/84, com implantação gradativa, recebendo a denominação de Escola Estadual de Goioxim - Ensino de 1o Grau, obteve o seu reconhecimento através da Resolução n.o 2054/90 de 25 de julho de 1990, sendo que nessa época Goioxim era Distrito do Município de Cantagalo.

Em 1995 foi implantado o Curso de 2º Grau Regular, Educação Geral, passando a denominar-se Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves - Ensino de 1º e 2º Graus, tendo a sua aprovação em 09 de abril de 1999, pelo parecer n.º 099/99. De acordo com as determinações legais emanadas da Secretaria de Educação Estadual, passou a apresentar a seguinte nomenclatura: Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves - Ensino Fundamental e Médio. O Ato Administrativo no 188/2007, homologou o Parecer nº 029/07 de 18 de dezembro de 2007, que aprovou o Regimento Escolar do presente colégio.

Histórico do Patrono

Dr. João Ferreira Neves, a personalidade que emprestou seu nome para a designação da escola, foi um paranaense nascido no dia 11 de junho de 1911, na cidade de São João do Triunfo - Paraná, filho de Francisco e de Idalina Furtado Neves. Formado em Medicina pela Faculdade de Medicina de Curitiba, em 1943, montou consultório médico em Guarapuava, onde passou a residir. Foi Médico-Chefe do Posto de Higiene e Saúde Pública, Chefe do Dispensário Regional de Doenças de Pele, Médico da Prefeitura Municipal de Guarapuava e do posto de Puericultura. Fundou, em Guarapuava, a casa de Saúde São Judas Tadeu, que estendeu seus benefícios aos municípios circunvizinhos, tais como Palmital, Pitanga, Pinhão e Cantagalo, os quais, na época pertenciam a Guarapuava.

Dr. João Ferreira Neves foi o primeiro Prefeito Constitucional, após a Ditadura, do Município de Guarapuava, no período de 1947 a 1951. Em 1954, foi eleito Deputado Estadual, sendo reeleito em 1958. Exerceu ainda o cargo de Secretario do Trabalho e Assistência Social do Estado do Paraná. Faleceu no dia 23 de maio de 1960, aos 49 anos.

O Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves localiza-se no município de Goioxim, Centro-Oeste do Paraná. Teve sua Emancipação Política em 1995, ficando com os distritos de Pinhalzinho e Jacutinga. Existem onze assentamentos de Reforma Agrária. E o IDH, do município apresenta-se menor que a média estadual e nacional. Considerado um município de interior do Paraná, tem o número de habitantes segundo o Censo de 2010, de 7.503 habitantes, e destes, 1.756 moram no

perímetro considerado como cidade ou urbano e os demais, 5.747 habitantes, moram no campo. Dessa forma o que movimenta basicamente a economia do município de Goioxim é a agricultura em suas várias áreas e a cultura camponesa permeia todas as relações.

O referido Colégio atende aproximadamente novecentos alunos anualmente, destes 90% são provenientes do campo; Sendo filhos de agricultores, possuidores de pequenas propriedades rurais ou assentados. Mas também temos filhos de comerciantes, de funcionários públicos ou particulares e de desempregados que sobrevivem com a renda das políticas assistenciais.

7. APAE GOIOXIM

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais ou abreviadamente, APAE de Goioxim, foi fundada em Assembleia realizada em 27 de julho de 2001, liderada por um grupo de amigos representantes de diferentes segmentos da sociedade Goioxinhense que observavam ou partilhavam da necessidade das famílias das pessoas com necessidades educacionais especiais em ter que se deslocar até o município vizinho para ter o atendimento especializado.

A finalidade inicial e que continua até nos dias atuais é a Educação e também atendimentos complementares/terapêuticos dos serviços da área da saúde, trabalho e assistência social e assistência às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais e suas famílias, assegurar o cumprimento dos seus direitos, proporcionando a oportunidade de mais autonomia. A Escola Santa Ana possui organização diferenciada da Escola Regular, pois foi esta proposta elaborada para atender às especificidades dos estudantes com deficiência intelectual, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento.

E acreditando neste ideal a então diretoria da APAE criou a Escola Especial, no ano de 2003, concretizando um sonho de todos os envolvidos neste projeto. E com o passar dos anos obteve várias conquistas como os Convênios com a SEED e com o SUS, para contratação dos profissionais necessários para a efetivação de um trabalho voltado a atender as necessidades dos nossos alunos. Atualmente a Escola Santa Ana possui sede própria, passou recentemente por reforma, mas ainda há necessidade de finalizar o ambiente externo para ampliar o grau de segurança aos nossos alunos.

Histórico da Escola Santa Ana Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial

A Escola de Educação especial Santa Ana foi fundada em 2003 sendo autorizada em 2004 através da Resolução nº. 2787/04 e tendo como Entidade Mantenedora a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Ao longo da caminhada houve a necessidade de mudança, pois há muito tempo se almejava que a Escola de Educação Especial fizesse parte da Educação Básica sendo que a Política Educacional do MEC objetivava que todas as APAES fossem fechadas e que todos os alunos fossem atendidos no ensino comum, a Política Educacional do MEC causou reações adversas, com manifestações por alguns grupos da sociedade civil em oposição ao fechamento das escolas especiais.

Em 2010 o Conselho Estadual de Educação do Paraná reconhece a APAE como escola e sua denominação, no entanto, sofre alteração para Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial na Área de Deficiência Intelectual, Múltiplas e Transtorno Global do Desenvolvimento. Dessa forma, a denominação da Escola de Educação Básica na modalidade de Educação Especial é assim definida pelo DEEIN/PR:

Educação Infantil:

Na Escola Especializada, amparada pelo Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14, a Educação Infantil é organizada da seguinte forma:

- Estimulação Essencial, para crianças de zero a um ano e seis meses / um ano e sete meses a três anos e onze meses.
- Educação Pré-Escolar, para crianças de quatro e cinco anos.

A frequência nesta etapa deve ser de no mínimo 60% (sessenta por cento) do total de dias letivos, contados após a matrícula, sem que isto seja impeditivo para o prosseguimento dos estudos da criança.

Ensino Fundamental

No Ensino Fundamental a oferta escolarização ao longo de 10 (dez) anos, organizado em dois ciclos, sendo o primeiro ciclo composto de quatro etapas e o segundo ciclo de seis etapas, que correspondem respectivamente ao 1º e 2º anos do Ensino Fundamental da Escola Regular, o aluno ingressa aos 6 anos de idade até 16 anos.

Educação de Jovens e Adultos – Fase I

A partir de 15 anos, articulada ou não às Unidades Ocupacionais, concluído ou não o Ensino Fundamental, o estudante dará continuidade ao processo de escolarização na Educação de Jovens e Adultos – Fase I.

A oferta da Educação de Jovens e Adultos – Fase I corresponde do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (ciclo único), os conteúdos curriculares a serem trabalhados deverão estar de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais, as normativas propostas na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, acrescidos dos conteúdos das Unidades Ocupacionais e estimulação das áreas cognitivas, psicomotora e sócio afetiva.

Nosso público são pessoas com deficiência intelectual, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento (TGD).

Os Profissionais que atuam na Instituição são Professores especialistas em Educação Especial. Profissionais de Saúde formados dentro de sua área de atuação e uma equipe de funcionários que dão o suporte necessário para o bom andamento da Escola.

8. SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Por volta de 1900, a região onde hoje é o município era habitada por índios caiguangues , que denominaram a localidade de goio-rio e xim-pequeno , sendo o mesmo está localizado no espaço regional , no centro-oeste do paraná.

O Município de Goioxim foi criado pela lei Estadual nº 11.183 de 30 de outubro de 1995, desmembrado do município de Cantagalo .A instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1997.Goioxim é um Município do Estado do Paraná ,sua população estimada em 2019 é de 7.111 habitantes.

Um Município pequeno mais de grandes valores, onde vem desenvolvendo grandes projetos, um deles foi a conquista da Secretaria de Esporte em 2017, pois até então ela vinha desde 1997 vinculada com a Secretaria de Educação , foi então que no dia 06 de dezembro de 2017 foi criada a lei nº 544/2017, onde cria a Secretaria Municipal de Esporte , Cultura Lazer e Turismo.

O Programa de Cultura , Esporte e Lazer tem por objetivo proporcionar a população meios de lazer juntamente com o Esporte e a Cultura , bem como dar oportunidade de demonstração de atletas e talentos Municipais.

Assim temos alguns Projetos que estão sendo desenvolvidos pela Secretaria de Esporte Cultura e Lazer;

- **Projeto lazer Paraná** - teve inicio em 2017, que iniciou aproximadamente com 80 beneficiados desde criança e adolescente ,este projeto é voltado para crianças vulneráveis com baixa renda , no entanto visa á recreação , e a iniciação do esporte.
- **Escola Furacão-** é um projeto que vem de encontro com o aprendizado do futebol e á prática Esportiva , além de atividades que os prepararão para se tornarem verdadeiros cidadãos , este projeto visa já de inicio 50 alunos .
- **O Programa Paraná mais Esporte – Esporte para toda vida-** é um programa desenvolvido com o objetivo de ampliar a prática esportiva , do lazer ao alto rendimento ,visando o desenvolvimento humano através do Esporte , abrange crianças de 6 anos até a terceira idade aproximadamente 250 beneficiados.
- **O Campeonato Municipal** – é realizado com as seguintes modalidades , bocha , futsal masculino e feminino , sub 17 , livre e veteranos , o qual já é tradição no município.
- **O Projeto de Dança-** tem objetivo a iniciação as diferentes Culturas , que iniciamos com 48 crianças de 6 á 12 anos que visa abranger crianças de diferentes classes sociais.
- **Estamos iniciando o projeto de incentivo a leitura-** que tem como objetivo proporcionar a aprendizagem e desenvolvimento cognitivo, bem como enriquecimento cultural das crianças , atenderá todos os alunos da rede pública municipal de ensino .
- **A fanfarra Municipal** -Já atua há seis meses com aproximadamente 35 integrantes , com idade de 06 a á 37 anos .
- **Projeto de teatro Municipal** ; que já abrange 10 alunos , sendo desenvolvidos nas comunidades.
- Temos também em nosso Município o grupo de tropeiros ;
- Aulas de violão e teclado com aproximadamente 55 alunos
- Alunos que fazem aula de bateria.
- Banda Sinfônica Municipal.
- Banda show formada com professores e alunos da Secretaria de Esporte Cultura e Lazer.

9. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

E a partir da agricultura que obtém-se o sustento de Goioxim, portanto é uma atividade produtiva de suma importância para o homem, contribuindo de forma direta na segurança alimentar. O município de Goioxim, por ser essencialmente agrícola em torno de 75% da renda vem da agricultura. Suas principais atividades econômicas consistem nas culturas de soja, milho, feijão, fumo, bovinocultura de corte/leite, umas das principais atividades é a produção de leite porque abrange agricultura familiar, produção de olerícolas para auto consumo e excedente para venda. A iniciativa e de responsabilidade da secretaria de Agricultura e meio ambiente, juntamente com Emater, que atualmente atende aproximadamente 800 propriedades direto e indireto do município.

Principais aquisição adquiridos pela secretaria de agricultura para apoio aos produtores da agricultura familiar.

- Resfriadores a granel
- Botijões para inseminação
- Sêmen e Nitrogênio
- Adubo Orgânico
- Tratores e Equipamentos para patrulha agrícola.

Meio ambiente.

- Proteção de nascentes.
- 2 Estação ecológicas

Incentivo a cursos em todas as áreas de produção(Apoio Senar) tais como:

- Manejo e manutenção de ordenha, manejo na bovinocultura leiteira, manejo de pastagem forrageiras, produção de morango e uva, manutenção e operação de colheitadeiras e tratores, agrosilvopastoril, apicultor e gestão rural.

Tabela 01- ORDEM DE IMPORTÂNCIA DA CULTURA OU GRUPO

CULTURA / PRODUTO		UNID.	ÁREA (há)	PRODUÇÃO OU REBANHO	ABATIDOS OU VENDIDOS	VALOR (R\$)	PARTICI PAÇÃO
1º	SOJA	TON	19.600	67.424		78.356.719	44,9%
2º	BOVINOCULTURA	CAB		34.820	10.110	17.814.595	10,2%
3º	LEITE	MIL L		13.500		17.415.000	10,0%
4º	PRODUTOS FLORESTAIS	M3	7.470	211.800		16.141.205	9,2%
5º	MILHO	TON	3.350	30.410		15.506.432	8,9%
6º	FEIJÃO	TON	2.720	4.655		7.492.667	4,3%

Fonte:SEAB/ DERAL 2018

Tabela 02- Produção agrícola por cultura 2018

Produto	Área colhida (Há)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio da produção (kg/há)
Soja	19.600	67.424	3.440
Milho	3.350	30.410	9.078
Feijao	2.720	4.655	1.712
Trigo	2.300	6.210	2.700
Hortaliças	72,6	1.665	230
Outros culturas/produtos	308	2.655	8.620
Outros culturas de inverno	1.600	1.720	1.075

Fonte:SEAB/ DERAL 2018

Tabela 03 – Produção pecuária por espécie 2018

ESPECIE	QTD	UNIDADE
BOVINOS	34.820	CAB.
AVICULTURA	57.000	CAB.
SUINOCULTURA	3.200	CAB.
OUTROS ANIMAIS	4.650	CAB.

Fonte:SEAB/ DERAL 2018

- A bovinocultura de leiteira é a principal atividade econômica no meio rural, por que abrange agricultores familiar , com o apoio do poder público através de vários programas. Principalmente em melhoria genética do rebanho por meio de inseminação artificial, a secretaria de agricultura vem apoiando através de botijões , Sêmen e Nitrogênio ,distribuído para as associações de pequenos produtores, e também com aquisições de resfriadores a granel, e principalmente orientações na melhoria de pastagem ,qualidade do água ,manutenção e manejo de ordenha, qualidade do leite, com apoio Senar e Emater.

- **OLERICULTURA**

A secretaria de agricultura e Emater vem incentivando seus produtores a diversificarem a produção de olerícolas ,principalmente para consumo familiar,melhorando a qualidade da alimentação, e o excedente para venda para que possam melhorar a renda da família.

- **PISCICULTURA**

A secretaria de agricultura vem incentivando seus produtores a adquirir alevinos,para produção de carne principalmente para consumo familiar,melhorando a qualidade da alimentação, e o excedente para venda para que possam melhorar a renda da família.

- A secretaria tem o objetivo de organizar os pedidos e fazer a distribuição ,onde facilita o produtor de adquirir seus alevinos.

- No ano 2021 foi adquirido em torno 17.706 alevinos de varias especies.

OBS: A importancia de consumir carne de peixe ,na produção de Omega 3 , por que nosso corpo humano não e capaz de produzir, o ideal e consumir se possivel 2 vezes por semana.





- **PROTEÇÃO DE NASCENTE**

A Secretaria agricultura juntamente com emater vem apoiando nossos agricultores a fazer proteção das nascentes buscando qualidade da água para consumo familiar.

Proteção da fonte é uma forma de segurança, onde animais não desejados possam entrar, como por exemplos ratos e outros animais de pequenos porte, e animais soltos na propriedade podem defecar próximo a fonte e contaminar a água.

A água é essencial para consumo humano, se não tomar devidos cuidados em beber água de qualidade pode estar contaminada, em beber água infectada pode ocorrer por exemplo perda de apetite, febre e calafrios, dor de barriga, dor abdominal, Vômitos e diarreia, o resultados desses sintomas pode ocorrer diversas doenças causada por água contaminada.

***FONTE PROTEGIDA, AGUA DE QUALIDADE ,A SAUDE AGRADECE.**



Fonte protegida



Fonte protegida

- **OLERICULTURA**

A secretaria de agricultura e Emater em parceria com o Senar-Pr vem realizando cursos com o intuito de incentivar os produtores a diversificarem a produção de olerícolas, principalmente para consumo familiar, melhorando a qualidade da alimentação, e o excedente para venda para que possam melhorar a renda da família.



9.1. **Feira de comercialização de alimentos da Agricultura Familiar**

E a partir da agricultura que obtém-se o sustento de Goioxim, portanto é uma atividade produtiva de suma importância para o homem, contribuindo de forma direta na segurança alimentar. O município de Goioxim, por ser essencialmente agrícola em torno de 75% da renda vem da agricultura. Suas principais atividades econômicas consistem nas culturas de soja, milho, feijão, fumo, bovinocultura de corte/leite, umas das principais atividades e a produção de leite porque abrange agricultura familiar, produção de olerícolas para auto consumo e excedente para venda.

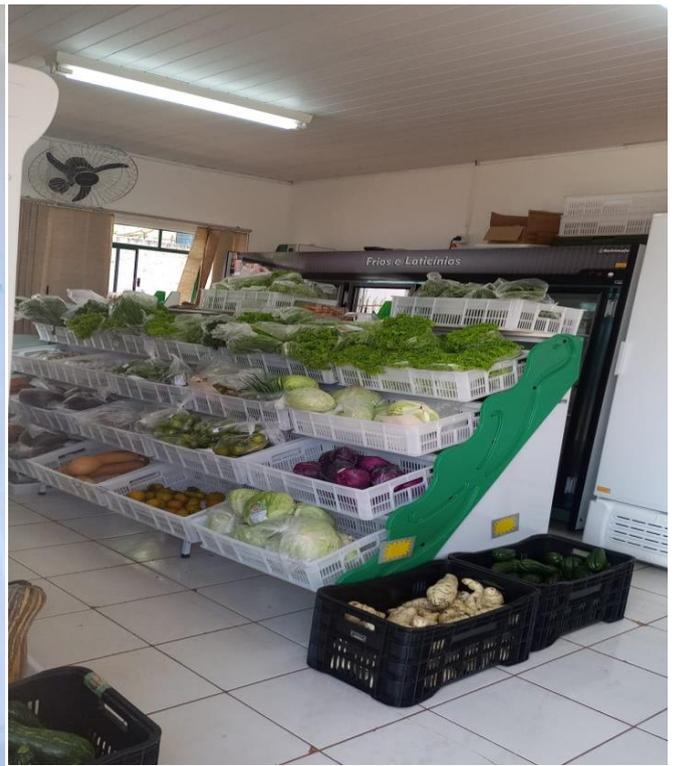
A iniciativa é de responsabilidade da secretaria de Agricultura e meio ambiente, juntamente com Emater, que atualmente atende aproximadamente 800 propriedades diretas e indiretas do município.

A agricultura familiar é um tipo de agricultura desenvolvida em pequenas propriedades rurais. Recebe esse nome, pois é realizada por grupos de famílias (pequenos agricultores e alguns empregados). Ainda que seja uma atividade muito importante para o sustento de diversas famílias que vivem na zona rural, dados apontam que cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil são fruto da agricultura familiar. Vale frisar que, nesse processo, técnicas de cultivo e extrativismo que englobam práticas tradicionais e conhecimento popular estão presentes.

Além disso, as famílias vivem da venda de produtos que plantam. Portanto, a agricultura é uma importante fonte de renda familiar, a qual surge do trabalho em equipe realizado no campo. A agricultura familiar colabora para a geração de renda e emprego no campo e ainda, melhora o nível de sustentabilidade das atividades no setor agrícola. Sendo assim, a qualidade dos produtos é superior aos outros convencionais.

No entanto, as dificuldades enfrentadas por esses pequenos agricultores e a expansão do agronegócio tem levado a inúmeros problemas de ordem social e econômica. A mecanização, por exemplo, é um fator determinante e que tem levado ao êxodo rural de diversas famílias. Ela tem diminuído consideravelmente as taxas de emprego no campo, assim pensado em melhorar a comercialização dos produtos familiares, a feira do município é um lugar excelente para este fim.

Exemplo de alimentos que são comercializados: hortaliças, frutas, panificados (diferentes tipos de pães, bolachas, biscoitos, etc.), congelados (polpas de frutas, mandioca), compotas de frutas. Auxílio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER em ações para diversificação da produção desses agricultores familiares.



9.2. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER



Pela Lei Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – Lei de ATER cabe ao Instituto EMATER articular e coordenar a construção e execução do Plano Estadual de ATER, em conjunto com as demais organizações, visando organizar os serviços para aumentar a abrangência e melhoria de sua qualidade.

No município de Goioxim, o Instituto EMATER possui ações voltadas para a produção leiteira, horticultura, agricultura, apoio as famílias rurais em situação de vulnerabilidade social, credito rural, apoio a associações rurais locais, meio ambiente.

A seguir estão apresentadas as ações voltadas a cada segmento.

Produção Leiteira:

- - Diagnóstico da produção leiteira no município;
- - Manejo do rebanho;
- - Melhoria na qualidade do leite produzido; boas praticas de produção;
- - Gestão da atividade;
- - Manejo dos dejetos;
- - Criação e manejo de bezerras e novilhas;
- - Implantação de unidades de referência;
- - Manejo de pastagens
- - Sucessão familiar

Horticultura:

- - Produção de hortaliças para subsistências;
- - Manejo de pragas e doenças;
- - Produção de mudas
- - Cultivo protegido
- - Acesso a mercados (PAA, PNAE, mercados locais)

Crédito Rural:

- - Elaboração de DAP para acesso ao crédito;
- - Elaboração de projetos técnicos de custeio agrícola, custeio pecuário, investimentos, aquisição de máquinas agrícolas e crédito fundiário.
- - Estudo de viabilidade econômica dos investimentos;

Famílias Rurais em Situação de Vulnerabilidade Social:

- - Identificação das famílias;
- - Inserção das famílias em políticas públicas que visam o desenvolvimento social;
- - Elaboração de projetos técnicos que visam a melhorias das condições de vida das famílias, como saneamento básico;
- - Acompanhamento técnico para a execução dos projetos;

Agricultura:

- - Crédito para custeio de lavouras;
- - Manejo de solos;
- - Manejo integrado de pragas e doenças;
- - Áreas demonstrativas;
- - Reuniões técnicas;
- - Dias de campo

Meio Ambiente:

- - Proteção de nascentes;
- - Ações de educação ambiental com a rede municipal de ensino;
- - Apoio a secretaria municipal de agricultura nas ações com as estações ecológicas municipais;

Associações Rurais Locais:

- - Apoio a organização das associações rurais locais;
- - Reuniões técnicas;

- - Apoio ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável – CMDR para desenvolvimento de ações em prol do desenvolvimento rural do município;

10. AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DESENVOLVIDAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM

No dia 12 de junho de 2019, foi realizada a 2ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município do Goioxim apresentou como tema “Comida no campo e na cidade: o que temos e o que queremos?” com a presença de autoridades, delegados e sociedade civil. Contou com a palestra magna do professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Gracialino da Silva Dias que abordou a importância da discussão nesta conferência, abordando o tema central e os três eixos: 1º: Alimentação como princípio de existir; 2º: Desafios e possibilidades na construção da política pública e 3º: A geografia da fome e o desperdício de alimentos. No período da tarde foi dividido em os grupo de trabalho com um (a) relator (a) indicado pela Comissão Organizadora, que teve a função de orientar os trabalhos no grupo, explicando a metodologia para os trabalhos, estimular a participação de todos os membros do grupo, bem como controlar o tempo e o processo de discussão e sistematizar os debates, redigir as propostas aprovadas pelo grupo. Depois foi realizada a leitura das propostas de cada eixo, com a plenária de aprovação de cada proposta. Também foram eleitos os representantes para o novo conselho municipal de segurança alimentar e nutricional e escolha dos delegados que iram representar o município na conferência estadual em Guarapuava.

Na 2ª conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional foi discutido o tema central e os três eixos abordando o seguinte texto-base: Avanço na garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional, com destaque para a indissociabilidade do campo e da cidade para a definitiva erradicação da fome com acesso à alimentação adequada e saudável para todas e todos, para a importância de revitalizar a diversidade cultural enquanto patrimônio, e também para a proteção da sociobiodiversidade.

Pretende com a conferência oportunizar a reflexão sobre os desafios na agenda de SAN para a realização de direitos e da soberania alimentar, além das políticas públicas necessárias para o enfrentamento da fome, promoção da inclusão produtiva e social e o fortalecimento da agricultura familiar, bem como a ampliação da participação e controle social.

Os fatores que geram o problema da fome numa escala global e os fatores específicos do fenômeno no Brasil também foram discutidos caracterizando os hábitos alimentares e a fome em cada uma delas. Discutir a fome enquanto uma questão econômica, social, política, ambiental e de saúde pública. Tendo como base o livro Geografia da Fome (publicado por Josué de Castro pela primeira vez em 1946) que evidencia o perfil epidemiológico nutricional, caracterizado pelas carências nutricionais. Nesse aspecto, o livro trás o mapa das cinco áreas alimentares como o das principais carências nutricionais existentes no Brasil. De outro lado temos uma quantidade levada de desperdício no Brasil. Dentre as principais causas destaca-se o manuseio inadequado no campo, classificação não padronizada, comercialização de produtos a granel, embalagens impróprias, veículos supercarregados, estradas deficientes, excesso de “toque” nos produtos por parte dos consumidores e o acúmulo de produtos nas gôndolas de exposição no varejo. Diante deste problema, se o Brasil diminuir suas perdas poderá aumentar a oferta de produtos aos consumidores, sem aumentar a produção agrícola. Isto reduziria custos e preços, pois todos os segmentos, desde a produção até a comercialização, trabalham com margem de perdas e são considerados como custo, aumentando os preços em várias etapas da cadeia produtiva.

Importante ferramenta usada como base para os municípios é o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN é o principal instrumento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituída pelo Decreto nº 7.272/2010. Nele estão previstas as diferentes ações do governo federal que se propõem a respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada para todas as pessoas que estão no Brasil. De acordo Art. 3º do Decreto nº 7.272/2010, a elaboração do Plano será orientada pelas 08 (oito) diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e deverá ser construído intersetorialmente pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) com base nas prioridades estabelecidas pelo CONSEA a partir das deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.



10.1. PROPOSTAS APRESENTADAS NA 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE GOIOXIM – PARANÁ

Eixo Temático 1: ALIMENTAÇÃO COMO PRINCÍPIO DE EXISTIR	
1	Municipal: <ul style="list-style-type: none">• Resgatar memórias gustativas nas escolas com mães e avós de alunos, realizando oficinas para degustar receitas saudáveis considerando a diversidade de alimentos;• Ações que favoreçam o conhecimento de plantas medicinais;• Fortalecer os hábitos saudáveis nas escolas, monitorando o estado nutricional com os diagnósticos traçar metas para controle e prevenção de doenças relacionadas a obesidade e distúrbios nutricionais;• Ações socioeducativas sobre os efeitos dos agrotóxicos a saúde e ao ambiente, bem como os benefícios da alimentação orgânica.
2	Estadual: <ul style="list-style-type: none">• Fomentar a criação de uma cooperativa de produtos orgânicos, ampliar as linhas de créditos para os pequenos produtores e fornecer assistência técnica adequada.
3	Federal: <ul style="list-style-type: none">• Realizar campanhas nacionais de incentivo ao consumo de alimentos agroecológicos e orgânicos, com divulgação em horários nobres na mídia nacional e local;• Ampliar a fiscalização e sensibilização do uso correto dos agrotóxicos em alimentos.
Eixo Temático 2: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA	
1	Municipal: <ul style="list-style-type: none">• Organizar o CONSEA e a CAISAN;• Elaboração do Plano municipal de segurança alimentar e nutricional;• Continuidade as politicas publicas voltadas para reforma agrária;• Subsídio para os agricultores familiares;• Ampliar o produção de produtos agroecológicos;• Ampliar a assistência técnica para o acompanhamento dos agricultores;• Implementar a feira do produtor;• Implementar o mercado do produtor;• Incentivar o comércio local adquirir os produtos da agricultura familiar;• Mapear fontes para fazer proteção;• Incentivar o plantio de árvores nas margens dos rios;• Incentivar as agroindústria;• Realizar audiência pública para apresentação do Plano municipal de segurança alimentar.

2	<p>Estadual:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recursos para criação de hortas comunitárias nas comunidades, • Ampliar o número de fiscais do IBAM, IAP para manter as reservas próximas a rios e nascentes; • Aplicar o número de técnicos da ATER; • Ampliar os recursos para PAA;
3	<p>Federal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Buscar emendas parlamentares para fortalecimento das associações locais; • Ampliar os recursos para o PNAE;
<p>Eixo Temático 3: A GEOGRAFIA DA FOME E O DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS</p>	
1	<p>Municipal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centro de redistribuição de alimentos que sobram em mercados/agricultura em boas condições, fazendo a distribuição para famílias carentes ou para órgãos não governamentais; • Coleta e troca de sementes nativas em feiras do município; • Ações de reeducação alimentar, através de formas de preparo e escolhas mais saudáveis para grupos sociais, comunidades e escolas; • Criação de hortas comunitárias e hortas escolares com ajuda técnica e pedagógicas voltadas ao incentivo de manutenção das mesmas. • Cursos de reaproveitamento de alimentos em comunidades locais;
2	<p>Estadual:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior assistência aos agricultores familiares com ações mais práticas a realidade dos agricultores; • Políticas públicas para conscientização dos municípios sobre a importância da agricultura familiar.
3	<p>Federal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projetos que possam melhorar os programas e ações voltados a agricultura familiar • Políticas públicas ativas e efetivas para a agroecologia



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

**10.2. INDICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS POSITIVAS NA POLÍTICA DE SAN
QUE ACONTECEM NO SEU MUNICÍPIO**

1. Cursos de capacitação com o SENAR para os agricultores – recuperação de pastagem, hortifrutigranjeiro, plantação de árvores frutíferas e produção de mel.
2. Distribuição de árvores frutíferas nativas, mais de 800 mudas distribuídas nas escolas municipais;
3. Proteção de fontes nativas;
4. Aumento do recurso do FNDE para alimentação escolar para os agricultores familiares, chegando cerca de 50% em 2018;
5. Curso de reaproveitamento de alimentos para as merendeiras das escolas municipais;
6. Criação de hortas nas escolas municipais do interior;
7. Parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul com palestras de incentivo ao consumo de polpa de frutas nativas do município, ensinando merendeiras para consumo escolar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

11. PLANO DE AÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

DIRETRIZ 1 – PROMOÇÃO DO ACESSO UNIVERSAL À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL E ÁGUA, COM PRIORIDADE PARA FAMÍLIAS E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL;

Objetivo: Ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável e água para famílias mais vulneráveis e em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional, por meio do provimento de refeições e alimentos em equipamentos públicos de alimentação e nutrição e da distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos.

AÇÃO	OBJETIVO	ATIVIDADE ESTRATÉGIAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS
Equipar as cozinhas das escolas e CMEIs.	<ul style="list-style-type: none">- Adquirir equipamentos necessários e suficientes para as escolas e CMEIs assegurando a qualidade e a diversificação na forma de preparo;- Propiciar um melhor controle no recebimento dos alimentos.	<ul style="list-style-type: none">- Realizar o levantamento dos equipamentos necessários.- Orientação para a aquisição de equipamentos-Propiciar capacitação freqüente para as merendeiras e responsáveis pelo recebimento dos produtos alimentícios.	<ul style="list-style-type: none">- Todas as unidades equipadas.- Diversificação no modo de preparo dos alimentos e na sua apresentação	<ul style="list-style-type: none">- SEMEC- Administração Municipal- CAISAN- COMSEA- CAE



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

<p>Climatização e higienização dos veículos de transporte da alimentação escolar e PAA</p>	<p>- Garantia melhores condições de transporte de alimentos perecíveis nos de programas de alimentação.</p>	<p>- Equipar os veículos com climatizador e demais estruturas adequadas para transporte de alimentos refrigerados.</p>	<p>- N° de veículos equipados</p>	<p>- SEMEC - Administração Municipal - CAISAN - COMSEA - CAE</p>
<p>Criação – Cargo Merendeira</p>	<p>- Valorizar os profissionais da alimentação escolar no âmbito educacional.</p>	<p>- Reformular a Lei de Cargos e salários da Prefeitura para a criação do cargo de merendeiro e auxiliar de cozinha; - Criar o cargo de merendeira, com vagas específicas em concurso público</p>	<p>- N° de contratação de merendeiras</p>	<p>- SEMEC - Administração Municipal - Câmara de vereadores</p>
<p>Estruturar o Programa de proteção e conservação das nascentes.</p>	<p>- Orientação às comunidades que possuem nascentes de água em suas propriedades, com o objetivo de melhorar a qualidade deste recurso.</p>	<p>- Orientar 100% das comunidades com nascentes de águas em suas propriedades.</p>	<p>- Número de propriedades atendidas e resultados das análises de água.</p>	<p>- Secretaria de Agricultura - Vigilância Sanitária - EMATER - Administração Municipal - CAISAN - COMSEA</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

Poços Artesianos	- Acesso a água para famílias de todo o município.	- Proteção de fontes e nascentes; - Sistema de armazenamento de água; - Medidas de proteção e combate à erosão do solo com terraceamento de carreadores e estradas rurais; - Saneamento básico;	- Famílias beneficiadas com a água.	- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - EMATER - Prefeitura Municipal - Administração Municipal - CAISAN - COMSEA
Avaliar a qualidade das águas utilizadas na produção de alimentos que são comercializados no PNAE, PAA	- Evitar possíveis contaminantes através da água utilizada na produção de alimentos destinados ao PNAE, PAA.	- Coleta da amostra de água; - Análise em laboratório desta água; - Laudo sobre a qualidade da água; - Estratégias para melhorias se necessário.	- Coletas e laudos realizados.	- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - EMATER - Vigilância Sanitária - Administração Municipal - CAISAN - COMSEA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

<p>Inserir e acompanhar as famílias, no Programa Bolsa Família. O programa busca garantir a famílias em situação de vulnerabilidade social econômica, o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; - Combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; - Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o acesso dos beneficiários à rede de serviços públicos de saúde; - Realizar diagnóstico da situação nutricional dos beneficiários; - Analisar permanentemente a situação nutricional dos beneficiários; - Realizar diagnóstico nutricional individual e coletivo; - Fomentar o planejamento e organização de ações para enfrentamento dos agravos nutricionais identificados; - Busca ativa de Famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica para inserção no Programas; - Acompanhamento das famílias inseridas no PBF; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de famílias inseridas e desligadas do PBF 	<ul style="list-style-type: none"> - CRAS - Secretaria Municipal de Educação - Secretaria Municipal de Saúde - Administração Municipal - CAISAN - COMSEA
--	---	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

<p>Fornecimento de auxílio alimentação através dos benefícios eventuais.</p>	<p>- Proporcionar a alimentação adequada, diminuindo e combatendo a fome em situações de vulnerabilidade econômica, social e risco alimentar.</p>	<p>- Acompanhar e realizar visitas domiciliares a famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social.</p>	<p>- Número de famílias atendidas</p>	<p>- SMAS - CRAS - Administração Municipal - CAISAN - COMSEA</p>
<p>Acompanhar o Projeto Caixa d'Água - Família Paranaense/Gente Nossa</p>	<p>Proporcionar a melhoria das condições habitacionais das famílias em situação de vulnerabilidade social, garantindo o abastecimento durante interrupções no fornecimento de água e evitando a retirada de água da rede de distribuição durante horários de pico, contribuindo assim para o equilíbrio de todo o sistema.</p>	<p>Selecionar e acompanhar as famílias que atenderem os critérios do Projeto.</p>	<p>- Número de Famílias beneficiadas e conclusão do Projeto.</p>	<p>- CRAS - Comitê municipal do Programa Família Paranaense/Gente Nossa. - Comitê local do Programa Família Paranaense/Gente Nossa - Administração Municipal - CAISAN - COMSEA</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

<p>Criação de Protocolo Clínico de dispensação de Formulas Nutricionais Especiais, suplementos alimentares e dietas enterais.</p>	<p>- Normatizar a dispensação de fórmulas nutricionais especiais, em todas as fases da vida. - Garantir que 100% do publico alvo, tenha a garantia do acesso a alimentação.</p>	<p>-Dispensação de formulas especiais Infantis em condicionalidades de saúde. -Dispensação de formulas nutricionalmente completas à pacientes em Terapia Nutricional Enteral ou que necessite de suplementação. -acompanhamento nutricional no domicílio mensal.</p>	<p>- N° de pacientes no Protocolo. - N° de pacientes reabilitados nutricionalmente.</p>	<p>- Secretaria de Saúde - Administração Municipal - CAISAN - COMSEA</p>
---	---	--	---	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

DIRETRIZ 2 – PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS DESCENTRALIZADOS E SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO, EXTRAÇÃO, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS, INCLUSIVE OS DE BASE AGROECOLÓGICA;

AÇÃO	OBJETIVO	ATIVIDADE ESTRATÉGIAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS
Aquisições de produtos alimentícios provenientes da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar municipal e Estadual	Implementar o que prevê a Lei Federal 11.947/09 sobre a aplicação mínima de 30% do repasse do governo federal na compra diretamente do Agricultor Familiar. Essa disposição legal possibilita o desenvolvimento local no âmbito da região produtora, uma vez que os recursos das compras serão injetados em benefício dos próprios produtores, evitando-se	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa de novos alimentos da Agricultura Familiar para inserção no cardápio. - Mapear os agricultores e associações se há produção dos alimentos que já constam no cardápio e a viabilidade de aquisição a partir desse modo de produção. 	<ul style="list-style-type: none"> - porcentagem de aquisições; -nº de escolas atendidas; -nº de alunos atendidos. 	SEMEC Administração Municipal Escolas Estaduais CAISAN COMSEA CAE Secretaria de Agricultura



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

	a intermediação das compras por grandes empresas, bem como a segurança alimentar e nutricional da população.			
Orgânicos na Alimentação Escolar	Atender ao Decreto nº 56.913, de 5 de abril de 2016.	<ul style="list-style-type: none">- Levantamento de alimentos que podem compor o cardápio substituindo os alimentos tradicionais;- Desenvolver e divulgar manual de qualidade de produtos orgânicos	nº de alunos atendidos	SEMEC Administração Municipal CAISAN COMSEA CAE Secretaria de Agricultura Sec. Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

<p>Adquirir alimentos para merenda escolar do Estado da agricultura local</p>	<p>Garantir aos alunos das escolas municipais o acesso à produtos agroecológicos e orgânicos oriundos da agricultura familiar local.</p>	<p>- Pesquisa de novos alimentos da Agricultura Familiar para inserção no cardápio.</p> <p>- Mapear os agricultores e associações se há produção dos alimentos que já constam no cardápio e a viabilidade de aquisição a partir desse modo de produção.</p>	<p>- porcentagem de aquisições;</p> <p>-nº de escolas atendidas;</p> <p>-nº de alunos atendidos.</p>	<p>Administração Municipal Escolas Estaduais CAISAN COMSEA Secretaria de Agricultura</p>
<p>Comercialização de produtos alimentícios através de feiras locais/mercado municipal.</p>	<p>Garantir à população o acesso à produtos agroecológicos e orgânicos oriundos da agricultura familiar local.</p>	<p>Aumentar a diversidade e quantidade produzida dos alimentos.</p>	<p>Quantidade de produtos comercializados.</p>	<p>Secretaria de Agricultura EMATER Prefeitura Municipal de Goioxim.</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

Certificação de produtos orgânicos através da Tecpar.	Aumentar o número de famílias certificadas e/ou envolvidas no processo de transição.	Proporcionar o acesso à produtos orgânicos certificados.	Número de agricultores e de produtos certificados.	Secretaria de Agricultura EMATER Universidades Prefeitura Municipal de Goioxim.
Capacitação no processamento e uso de frutas em geral e frutas nativas.	Aumentar o número de produtores capacitados.	Estimular a produção de frutas em geral e também as frutas nativas; Estimular a comercialização de produtos que tem como ingrediente frutas e frutas nativas da região.	Agricultores da região.	Secretaria de Agricultura EMATER Universidades Prefeitura Municipal de Goioxim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

Incentivo para o cultivo de hortas domésticas na área urbana e rural;	Incentivar o cultivo de hortas em residências de famílias acompanhadas pela Política Pública de Assistência Social	Elaborar material de apoio e orientação de cultivo de hortas; Palestras sobre os benefícios das hortas domésticas;	Atingir 50% das famílias atendidas.	Secretaria de Agricultura Secretaria de Assistência Social EMATER Universidades Prefeitura Municipal de Goioxim.
Incentivo para o cultivo de hortas nas escolas municipais e estaduais.	Incentivar o cultivo de hortas nas escolas tanto municipal e estadual.	Elaborar material de apoio e orientação de cultivo de hortas; Palestras sobre os benefícios das hortas escolares;	Atingir 100% das escolas.	Secretaria de Agricultura Secretaria de Educação EMATER Universidades Prefeitura Municipal de Goioxim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

<p>Aderir e distribuir alimentos adquiridos através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA</p>	<p>Aprimorar a qualidade dos alimentos consumidos através do SCFV e Casa Lar. Promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.</p>	<p>Preencher o sistema de adesão ao PAA, avaliar e alimentar o sistema das entregas.</p>	<p>Acompanhar a entrega de alimentos e analisar o quantitativo de pessoas beneficiadas</p>	<p>SMAS CRAS</p>
<p>Assistência técnica e extensão rural na produção, comercialização e distribuição aos agricultores familiares</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Suporte técnico aos agricultores familiares. - Orientações técnicas para ajudar a melhorar a qualidade dos produtos e geração de renda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Visitas nas propriedades para avaliação da produção. - Identificar formas de gerar melhores condições de cultivo, comercialização e geração de renda. - Capacitação de técnicas de produção, comercialização e distribuição atualizadas e adequadas para realidade dos 	<p>Agricultores da região.</p>	<p>Secretaria de Agricultura EMATER Universidades Prefeitura Municipal de Goioxim.</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

		agricultores.		
Aprimoramento e promoção da sanidade na Agricultura.	<ul style="list-style-type: none">- Minimizar enfermidades causadas por animais e pragas.- Diminuir os riscos para saúde pública- Garantir o padrão de qualidade dos alimentos de origem animal e vegetal.	<ul style="list-style-type: none">- Capacitação de agricultores em Boas práticas de Fabricação e Manipulação de alimentos.- Informação de rotulagem e padronização de embalagens.- Aprimorar a qualidade dos alimentos entregues em todo o município, como feiras, escolas, programas sociais e mercado.- Estimular a produção de alimentos de boa qualidade, livre de contaminação.	Agricultores da região.	Secretaria de Agricultura EMATER Vigilância Sanitária ADAPAR Universidades Prefeitura Municipal de Goioxim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

		<p>- Estimular a comercialização de produtos seguros em todo o município.</p>		
--	--	---	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

DIRETRIZ 3 – INSTITUIÇÃO DE PROCESSOS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E CULTURA ALIMENTAR, VISANDO A PROMOÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS, COM AÇÕES FORMATIVAS, A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES LOCAIS, COM FOCO NAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DA EDUCAÇÃO POPULAR, BEM COMO, INCENTIVAR A PESQUISA E FORMAÇÃO NAS ÁREAS DE SAN E DHAA.

Objetivo: Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), bem como, fomentar a prática de atividades físicas e esportivas.

AÇÃO	OBJETIVO	ATIVIDADE ESTRATÉGIAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS
Oficinas culinárias temáticas com foco na alimentação saudável	Promover a alimentação saudável através das oficinas culinárias	Desenvolvimento de receitas, mobilização de parceiros, elaboração de materiais informativos - Palestras de reaproveitamento de alimentos; - Palestras como usar os alimentos com outras formas de preparo; - Oficina de como fazer a compostagem dos alimentos na comunidade local.	- nº de oficinas. - nº de beneficiados.	SEMEC Agricultura Administração Municipal CAISAN COMSEA CAE



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

<p>Palestras para comunidade escolar (pais, alunos e funcionários) a respeito da legislação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e alimentação saudável.</p>	<p>- Contribuir para o processo de promoção da alimentação saudável. - Favorecer os hábitos regionais e culturais mais saudáveis. - Divulgar as atividades desenvolvidas no âmbito municipal através do PNAE.</p>	<p>Desenvolver palestras, rodas de conversar, materiais educativos.</p>	<p>- nº de atividades realizadas. - nº de participantes.</p>	<p>SEMEC Administração Municipal CAISAN COMSEA CAE</p>
<p>Capacitação das cozinheiras e auxiliares, para o preparo e distribuição das refeições escolares.</p>	<p>- Capacitar de acordo com o Manual de Boas Práticas de fabricação e POPs.</p>	<p>- Realizar cursos e palestras.</p>	<p>- nº de atividades realizadas.</p>	<p>SEMEC Administração Municipal CAISAN COMSEA CAE</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

<p>Concurso de receitas</p>	<p>Promover concurso de receitas com as escolas e CMEIs e elaborar livro com as receitas para as merendeiras utilizarem no PNAE.</p>	<p>Divulgação da proposta para mobilização de parceiros e participantes na realização do concurso.</p>	<p>- realização do curso n° de entidades inscritas n° de receitas inscritas -n° total de pessoas envolvidas - receitas mais votadas</p>	<p>SEMEC Administração Municipal CAISAN COMSEA CAE</p>
<p>Palestras, rodas de conversas, seminários, cursos e oficinas em SAN.</p>	<p>-Oferecer formação continuada aos profissionais das escolas e CMEIs;</p>	<p>Mobilização de parceiros; Oferta dos cursos; Mobilização dos interessados; Aplicações;</p>	<p>n° de atividades realizadas; n° de pessoas alcançadas.</p>	<p>SEMEC Administração Municipal CAISAN COMSEA CAE</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

12. ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Esse Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional contempla ações para um período de 04 (quatro) anos e necessita ser continuamente acompanhado, monitorado e avaliado pelos responsáveis por sua elaboração, pelos responsáveis pela execução das ações propostas e pelos órgãos de controle do município, de maneira especial o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Goioxim.

Assim, o acompanhamento das ações deverá ser realizado por todos os responsáveis pela execução, devendo estes criar instrumentais específicos que possibilitem visualizar o andamento das ações. Cabe também a estes responsáveis o repasse dos dados obtidos para aqueles que participaram da elaboração do plano e para o COMSEA, a fim de que estes executem o monitoramento e a avaliação.

Ressalta-se que o monitoramento se refere à execução ou não das ações propostas, enquanto a avaliação tem por objetivo identificar a efetividade dessas nas demandas municipais referentes à segurança alimentar e nutricional.